

# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER Nº 08/2018**

**PROJETO DE LEI Nº 07/2018**

**VICE-PRESIDENTE/RELATOR : DANIEL LARANJEIRA**

## **I – INTRODUÇÃO:**

É submetido à apreciação da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, o Projeto de Lei supramencionado de autoria do Poder Executivo, que **“introduz alterações no Anexo único da Lei nº 2596, de 18 de agosto de 2011”**, que dispõe sobre a autorização para o fornecimento de cesta básica com valor subsidiado, mediante pagamento, proporcionalmente aos vencimentos dos servidores, conforme a Tabela constante do referido Anexo, que ora se pretende alterar.

Consta da mensagem de nº 02/2018, o seguinte:

“Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso projeto de lei, que introduz alterações no Anexo Único da Lei nº 2.596, de 18 de agosto de 2011.

É cediço que a Lei Municipal nº 2.596/11, autorizou o Poder Executivo a fornecer aos servidores públicos municipais, a cesta básica, com valor subsidiado, mediante pagamento, proporcional, aos vencimentos dos servidores, conforme a tabela constante do Anexo Único, parte integrante desta mesma norma.

Desta maneira, esta tabela necessita ser revista de vez em quando, em função da ocorrência do reajuste anual da remuneração dos servidores públicos municipais, alterando-se, assim, os valores de desconto, principalmente porque, estes descontos são calculados em função do custo da cesta básica e dos novos vencimentos dos servidores.

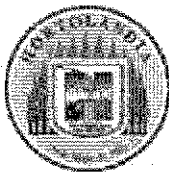
Como esta remuneração será modificada neste mês de janeiro de 2018, logo, deve haver a correção da tabela do Anexo Único da aludida Lei Municipal nº 2.596, de 18 de agosto de 2011, sendo este o objetivo da apresentação do presente projeto de lei, cuja aprovação, solicito, seja avalizada por esta Colenda Casa Legislativa.

Estas as razões pelas quais, Senhor Presidente, dou ao projeto o caráter de urgência e solicito que a sua tramitação se conclua dentro do prazo de 45 dias, nos termos do artigo 57 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município.

Na oportunidade, renovo os meus sinceros protestos da mais alta estima e distinta consideração.”

Por outro lado, o Poder Executivo informa que a remuneração dos servidores públicos municipais será majorada em 3,79%, a partir da competência 01/2018, logo, deve haver a correção daquela mesma Tabela com a inserção das novas faixas de vencimentos e seus respectivos percentuais e valores de descontos, sendo este o objetivo da apresentação do projeto de lei em pauta.

Ou seja, havendo alteração no valor dos vencimentos dos servidores públicos municipais, haverá também a modificação nos descontos referentes à cesta básica, razão pela qual, está propondo alteração na tabela de descontos.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

A matéria recebeu, sob o aspecto da legalidade e do mérito, pareceres favoráveis das duntas Comissões Permanentes de Justiça e Redação e de Desenvolvimento e Bem Estar Social, Direitos Humanos e Cidadania, sendo que, até o momento, não foram apresentadas emendas parlamentares.

## **II – VOTO DO VICE-PRESIDENTE/RELATOR : DANIEL LARANJEIRA**

Através da propositura em evidência, objetiva o Chefe do Executivo **“introduzir alterações no Anexo único da Lei nº 2596, de 18 de agosto de 2011”**, que dispõe sobre a autorização para o fornecimento de cesta básica com valor subsidiado, mediante pagamento, proporcionalmente aos vencimentos dos servidores, conforme a Tabela constante do referido Anexo, que ora se pretende alterar.

Por outro lado, o Poder Executivo informa que a remuneração dos servidores públicos municipais será majorada em 3,79%, a partir da competência 01/2018, logo, deve haver a correção daquela mesma Tabela com a inserção das novas faixas de vencimentos e seus respectivos percentuais e valores de descontos, sendo este o objetivo da apresentação do projeto de lei em pauta.

Ou seja, havendo alteração no valor dos vencimentos dos servidores públicos municipais, haverá também a modificação nos descontos referentes à cesta básica., razão pela qual, está propondo alteração na tabela de descontos.

Por outro lado, nos termos dos artigos 84 à 86, do Regimento Interno, **competete à Comissão de Finanças e Orçamentos emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:**

I - Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais;

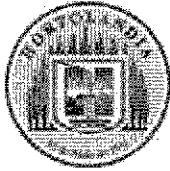
II - prestação de contas do Prefeito, mediante o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo;

III - proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos adicionais, empréstimos públicos e as que, direta e indiretamente, alterem a despesa ou receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;

IV - as proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, os subsídios o do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Presidente da Câmara e dos Vereadores, quando for o caso;

V - as que, direta e indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.

Art. 85. É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as matérias enumeradas nos incisos I a V do art. 84, não podendo ser submetida à discussão e votação do Plenário sem o parecer da Comissão, ressalvado o disposto no art. 115 deste Regimento.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 86. Compete ainda, à Comissão de Finanças e Orçamento, zelar para que, em nenhuma Lei emanada na Câmara, sejam criados encargos ao erário municipal, sem que se especifiquem os recursos necessários à sua execução.

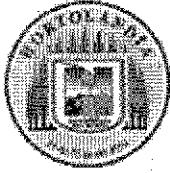
**Quanto ao aspecto financeiro nada a opor, tendo em vista que a matéria não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está em sintonia com os referendos legais de conduta fiscal.**

**Assim sendo, verifica-se que a presente propositura respeita e atende as exigências a que compete a esta Comissão analisar, razão pela qual, manifesto-me favoravelmente pela sua aprovação.**

**Sala das Comissões, 01 de março de 2018.**

  
**DANIEL LARANJEIRA**

**VICE-PRESIDENTE/RELATOR**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

## **III – DO VOTO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER Nº 08/2018**

**PROJETO DE LEI Nº 07/2018**

**VICE-PRESIDENTE/RELATOR : DANIEL LARANJEIRA**

É submetido à apreciação da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, o Projeto de Lei supramencionado de autoria do Poder Executivo, que “**introduz alterações no Anexo único da Lei nº 2596, de 18 de agosto de 2011**”, que dispõe sobre a autorização para o fornecimento de cesta básica com valor subsidiado, mediante pagamento, proporcionalmente aos vencimentos dos servidores, conforme a Tabela constante do referido Anexo, que ora se pretende alterar.

Por outro lado, o Poder Executivo informa que a remuneração dos servidores públicos municipais será majorada em 3,79%, a partir da competência 01/2018, logo, deve haver a correção daquela mesma Tabela com a inserção das novas faixas de vencimentos e seus respectivos percentuais e valores de descontos, sendo este o objetivo da apresentação do projeto de lei em pauta.

Ou seja, havendo alteração no valor dos vencimentos dos servidores públicos municipais, haverá também a modificação nos descontos referentes à cesta básica., razão pela qual, está propondo alteração na tabela de descontos.

É o resumo necessário.

Diante do relatório e das brilhantes justificativas descritas no voto favorável apresentado pelo ilustre VICE-PRESIDENTE/RELATOR - DANIEL LARANJEIRA - os demais membros da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, resolvem, por unanimidade, acompanhar o voto do Relator, e aprovar a presente propositura em questão.

Sala das Comissões, 01 de março de 2018.

  
**EDUARDO LIPPAUS**  
MEMBRO/VEREADOR

  
**EDIVAN CAMPOS DE ALBUQUERQUE**  
MEMBRO/VEREADOR

**DELIBERAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO:** Fica consignado que na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - deixo de votar, uma vez que, não houve empate, conforme dispõe o artigo 92, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Hortolândia. Por outro lado, determino o encaminhamento do presente processo ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Poder Legislativo para dar prosseguimento que entender necessário e conveniente.

  
**CLODOALDO SANTOS DA SILVA**  
PRESIDENTE